

Sertão/Açudes no Imaginário Social e as Políticas de Desenvolvimento Recente no Nordeste

Outback/Dams in the Social Imaginary and Recent Development Policies in the Northeast

Marcos Vinícius Pereira Oliveira

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí
E-mail: markin_the@hotmail.com

Rosemary Negreiros de Araújo

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará
Mestra em Educação pela Universidade Católica de Brasília
Professora da Universidade Federal do Tocantins
E-mail: rosearaujo@uft.edu.br

Léa Carvalho Rodrigues

Pós-Doutorado pelo Centro de Investigaciones y Estudios em Antropolog
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Professora da Universidade Federal do Ceará
E-mail: leaufc@gmail.com

José Levi Furtado Sampaio

Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Professor da Universidade Federal do Ceará
Email: leviufc@gmail.com

Endereço: Marcos Vinícius Pereira Oliveira

Endereço: Rua Tiradentes, 641, Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-560, Fortaleza/CE..

Endereço: Rosemary Negreiros de Araújo

Endereço: Departamento de Serviço Social, Campus de Miracema/TO, Avenida Dona Lourdes S/N, Setor Universitário, 77650-000 Miracema/TO.

Endereço: Léa Carvalho Rodrigues

Endereço: Centro de Humanidades / Departamento de Ciências Sociais, Área de Antropologia. Av. da Universidade, 2995 – Benfica, 60020181 – Fortaleza/CE.

Endereço: José Levi Furtado Sampaio

Endereço: Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Campus do Pici – Bloco 911, 60455-760 - Fortaleza, CE – Brasil.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 10/10/2016. Última versão recebida em 06/11/2016. Aprovado em 07/11/2016.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente trabalho trata do imaginário de sertão construído historicamente pela relação sertão/açudes no Nordeste, no âmbito das políticas públicas realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, as chamadas “políticas de açudagem”, além de outros sentidos e representações. Sentidos estes produzidos e compartilhados sobre açudes no sentido geo-simbólico de uma territorialidade construída historicamente na relação seca/água/açudes/sertão. Trata-se de uma análise documental/bibliográfica de interpretação dos sentidos produzidos sobre açudes, esta forte evidência material da paisagem nordestina. A categoria sertão é entendida como representação simbólica, não se restringindo a um espaço geográfico, embora tendo a região semi-árida nordestina como referência. Assim, no âmbito de um projeto desenvolvimentista recente, o conceito de des-reterritorialização apresenta-se como essencial para entendimento do processo, no âmbito de um ideário moderno, no qual açudes e barragens se inserem no contexto de conflitos e tensões.

Palavras-chave: Políticas de Açudagem. Imaginário. Sertão. Des-reterritorialização. Nordeste.

ABSTRACT

This work deals with the imaginary of the outback historically constructed by the relation between outback/dams in the Northeast, within the scope of the public policies carried out by the National Department of Works Against Drought-DNOCS, the so - called "dams policies", besides other senses and representations. These senses are produced and shared over reservoirs in the geo-symbolic sense of a territoriality built historically in the relation between drought / water / dams / outback. It is a documentary / bibliographic analysis of the interpretation of the senses produced on dams, this strong material evidence of the Northeast landscape. The outback category is understood as a symbolic representation, not restricted to a geographical area, although the semi-arid region of the Northeast is a reference. Thus, in the context of a recent developmental project, the concept of de-reterritorialization is essential for understanding the process, at the heart of a modern ideology, in which dams and weirs are inserted in the context of conflicts and tensions.

Keywords: Dams policies. Imaginary. Outback. De-reterritorialization. Northeast.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o tema das políticas públicas de açudagem no Nordeste que marca com grande poder de interpelação o imaginário de sertão pela relação seca/água/açudes, além da discussão teórica sobre processos de des-reterritorialização (HAESBAERT COSTA, 1995) em tempos recentes no Nordeste. A presença de açudes na vida de nordestinos não é algo fortuito. Os açudes como evidência material fazem parte da paisagem nordestina e retratam a condição sertaneja de escassez e abundância. A paisagem da região é fortemente marcada por essa presença, seja no plano material, como no plano da representação como um dos signos do sertão.

Inúmeros açudes foram construídos pelo Estado brasileiro, desde 1909 na pauta de políticas públicas voltadas ao combate as secas que atingiam a região semiárida nordestina. Tendo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS sido o órgão institucional responsável pela construção de inúmeros açudes que hoje encontram-se espalhados pelo sertão do Nordeste. Em tempos recentes a construção de açudes e barragens, assim como outras obras de infra-estruturais inserem-se na política relacionada ao processo de integração da economia nordestina, à nacional (ARAÚJO, 1997; MENDES, 2003), a partir do qual o Nordeste passa a ser inserido na lógica nacional de produção. Essa política de desenvolvimento tem implicado conflitos e tensões na região em meio a processos de des-reterritorialização. Nessa direção, faz-se necessário compreender os sentidos presentes no imaginário da relação sertão/seca; água/açudes no Nordeste, além dos processos de des-reterritorialização na região que implica uma série de consequências a uma diversidade de grupos envolvidos a estes empreendimentos governamentais.

Neste trabalho, esta possibilidade ganha corpo com interesse dos autores, estudiosos dessas temáticas. Trata-se de uma análise textual de natureza qualitativa (GOLDENBERG, 2001), um trabalho de base documental e bibliográfica para interpretar os sentidos das práticas e discursos, sobre açudes e barragens no Nordeste. É grande o número de trabalhos que tratam da problemática da seca e das políticas públicas realizadas pelo DNOCS, focalizando temas como desenvolvimento regional, questão agrária, dentre outros. No entanto, esta proposta é inovadora por tratar a temática pelo prisma das imagens, práticas e discursos sobre açudes presentes no imaginário, em sua relação com sertão, seja no que tange às políticas de açudagem realizadas pelo DNOCS, seja a outras experiências mais recentes, e significados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Açude/sertão e a construção de um imaginário

Historicamente, dentre as macrorregiões geográficas do país, o semiárido do Nordeste brasileiro, constitui-se como o que possui mais fortes contrastes sociais, econômicos, culturais e ecológicos. As contradições e fragilidades que marcam a vida neste território têm na estiagem um dos principais fenômenos da natureza que acentuam os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza (BURITI; AGUIAR, 2011). Nessa direção, o semiárido foi classificado e delimitado dentro de uma divisão geoespacial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, associado a sub-região denominada sertão.

Entretanto, podemos afirmar de início, nos parcos limites deste trabalho que “sertão” como elemento geoespacial atribuído a região Nordeste do Brasil está diretamente ligada a um discurso estratégico que é construído historicamente privilegiando o discurso da seca e seus desdobramentos como um fator natural.

Assim, esse discurso assume um sentido ideológico que avança e se transforma em verdadeira ideologia. A seca deixa de ser um fenômeno essencialmente climático e passa a ser um processo de construção sociocultural cujas fronteiras políticas e naturais são determinadas por forças políticas que constroem geograficamente seus espaços de poder (SAMPAIO, 1999).

O Sertão é construído no imaginário social no âmbito desses discursos. E é pelo discurso essencialmente climático que ele é apresentado. Em tal problemática, da seca, se inserem as políticas de construção de açudes no Nordeste que marcam com grande poder de interpelação, o imaginário da relação seca/água/açudes/barragens.

É nessa perspectiva que açude se torna um elemento axial para se pensar simbolicamente sertão. Os açudes¹ constituem uma forte evidência materiais característica da paisagem física e imaginativa do nordeste brasileiro, retrata a condição sertaneja de estiagem e sangria e encontra-se espalhado pela região semi-árida do Nordeste. Alguns são de extrema importância para a produção e rentabilidade na agricultura, pecuária, piscicultura, etc. Outros

¹Construção de terra, pedra, cimento etc, destinada a represar águas, a fim de que sejam usadas, na geração de força, na agricultura ou no abastecimento; barragem, represa; lago que se forma por represamento. Etimologicamente, próprio nome açude deriva do verbo árabe *ár-sadd* (fechar) (HOUAISS, 2001). Civilizações como a egípcia e a mesopotâmica, dentre outras, já utilizavam técnicas de barramentos, cuja engenharia deu-se na França, em meados do século XIX (BEZERRA *et al*, 2009).

contribuem de forma direta na relação de homens e mulheres com seu meio, seja na dimensão estética, embelezando a paisagem, seja como única fonte de água para usos diversos.

Pode-se dizer que os açudes ajudam a compor a paisagem dessa região, o que nos leva a afirmar que no plano da representação, está presente na literatura (sobretudo a que tematiza a seca), na poesia popular, na música dita regional, como a música de Luiz Gonzaga, no cinema, enfim, no imaginário social (CASTORIADIS, 1986; LEGROS *et al.*, 2007) como um dos signos do sertão nordestino.

2.2 Açude como território: um lugar de águas do sertão

Se a política de açudagem no Nordeste vincula-se intimamente ao fenômeno natural das secas, os primórdios dos barramentos vêm do início da colonização brasileira pelos portugueses, sendo a história do açude no Nordeste tão antiga como a de sua colonização pelos portugueses (MOLLE, 1994).

A colonização dos sertões brasileiros, em especial, do que se conhece como sertão nordestino, inicia-se no século XVII (PRADO JR., 1945; D'ALMEIDA, 1962; ABREU, 1982; ANDRADE, 1986, 1999; RIBEIRO, 1998), com a atividade agrícola sendo contemporânea do desbravamento do interior e com uma agricultura à sombra dos currais. O Nordeste brasileiro é historicamente apresentado por uma territorialidade definida em grandes sub-regiões: Zona da Mata, Agreste e Sertão (RIBEIRO, 1998).

Entretanto, um dos aspectos fundamentais da territorialidade humana é sua multiplicidade de expressões que redundam em amplos tipos de territórios², cada um com suas particularidades socioculturais ou “cosmografias” como afirma Paul Little (2002).

²Território é um termo polissêmico e porquanto não pode ser visto apenas na perspectiva de um domínio jurídico-político estruturado, mas também como apropriação de uma dimensão simbólica de carga afetiva e identitária. No sentido ecológico, refere à área ocupada por um animal ou por grupo de animais, a qual é defendida contra invasão de outros indivíduos da mesma ou de outra espécie. No campo da ciência geográfica, há um arsenal de categorias para referir território, em conjunto com outras categorias afins como espaço vital, paisagem, região, espaço funcional, espaço social, dentre outros que são instrumentos intelectuais desta ciência. (MORAES, 2000). Aliás, “(...) geógrafos, recentemente, também filósofos estão estabelecendo um contraste entre as noções de *espaço* e de *lugar*. Espaço aponta para um meio (*medium*) homogêneo, vazio, infinito, no qual corpos se movimentam e interagem no sentido estabelecido pela física newtoniana. Essa noção de espaço está também subjacente ao planejamento que trata a base material da vida social como uma superfície desprovida de características permanentes, e que pode ser apagada (com tratores) e refeita a partir de um plano concebido em pranchetas. Já a noção de *lugar*, à qual a idéia de *território* é afim, aponta para uma noção segundo a qual o mundo é finito, heterogêneo, e formado por manchas carregadas de diferenças imprimidas pelas pessoas. Assim, há lugares sagrados, lugares da infância, lugares da memória nacional, lugares que construímos, e que não são substituíveis. Os geógrafos contribuíram para a reabilitação do enfoque de *lugar* e *território* e com a crítica ao planejamento *espacial*. Essa contribuição se incorpora hoje na sociologia e na antropologia, e também sofreu por sua vez a influência de sociólogos (como Lefebvre) e filósofos (como Gaston Bachelard e Merleau-Ponty)” (MORAES, 2000, p. 146. Itálicos no original).

Cosmografia inclui o regime de propriedade dos grupos, os vínculos afetivos que estes mantêm com seu território específico, “a história da sua ocupação guardada na memória coletiva” (LITTLE, 2002, p. 3). Assim, cosmografia aponta para memória coletiva (HALBWACHS, 1990) do grupo, ou seja, uma territorialidade construída no plano simbólico, pela memória social, situada historicamente, ou não.

Dessa forma, a memória de açudes como lugares de água possibilita apreender a construção polifônica de sentidos de territórios. Nesta direção, territorialidades podem ser vistas como construídas no plano material e simbólico, através do que Halbwachs (1990) denomina memória coletiva. Para o autor, memórias individuais imbricam-se com a construção social do grupo. Lembranças do passado são construídas na memória coletiva. Já Connerton (1993) destaca a memória-hábito como sendo a capacidade que cada pessoa tem para reproduzir determinada ação sem a necessidade de recordar como e quando adquiriu tal saber, ou seja, ela é construída na prática, sendo ela individual ou coletiva, o que dialoga com os conceitos de *habitus* (BOURDIEU, 1994) e de experiência (THOMPSON, 1981).

A noção de *habitus* exprime, sobretudo, “a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo” (BOURDIEU, 2000, p. 60). Tal noção permite romper com o paradigma estruturalista, sem cair na filosofia do sujeito ou da consciência. O *habitus* é um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada, mas de um agente em ação, pois é uma prática cumulativa de todo o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os atos do conhecimento, no passado e no presente (BOURDIEU, 2000). Portanto, o *habitus* configura-se como matriz de percepção e apreensão que se dá por meio da prática social. Ele é estruturante e estruturado, pois da mesma forma que direciona escolhas e injeta códigos simbólicos nos indivíduos, também é modificado na prática social pela ação dos agentes. Assim, a construção de açudes como um lugar de águas do sertão é agenciada por meio dessa prática social de um *habitus* que é estruturante e estruturado.

Nesse diálogo, experiência refere-se a “experiência humana”, na qual homens e mulheres retornam desta experiência, também construída na prática social, “não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como indivíduos que experimentam situações e estabelecem relações produtivas determinadas como necessidades e interesses, e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura” (THOMPSON, 1981, p. 182). Assim, podemos também aprender sobre açudes/sertão, pois esse imaginário social dos açudes no sertão revela essa prática social construída historicamente e agenciada pelo Estado através das políticas públicas de açudagem; além de

uma diversidade de discursos atribuídos a esse território, ou seja, uma construção histórica e invenção simbólica formulada também por intelectuais que criaram imagens e construíram esse Sertão no plano simbólico e conceitual a partir de suas obras. Percursos e interpretações que esse território recebeu e recebe. Desenhos projetados e imaginados de diferentes formas.

2.3 Açudes, como política de Estado

Como dito, os açudes, geralmente em regiões de secas, são concebidos como lugares de abundância de águas. Esta evidência pode ser identificada na memória social, pois são tidos como lugares de águas do sertão, o que remonta a tempos antigos. E como parte do processo de compreensão da simbologia dos açudes, vale lembrar que a política de construção de açudes no Nordeste, a qual se constituiu no centro das iniciativas propugnadas pela chamada “solução hidráulica”, institui um período, na história do Brasil, da política de combate aos efeitos da seca, que marcou com grande poder de interpelação, o imaginário (CASTORIADIS, 1986; LEGROS, 2007) de sertão, pela relação seca/água/açudes.

Ressalte-se que a ênfase desta política era dada às obras de engenharia, visando à acumulação de água (DOMINGOS, 1983). Apesar de ocorrerem secas no Nordeste desde o descobrimento, seu imenso território contrastava com a baixa densidade populacional do sertão, nos séculos, XVI e XVII não despertando por parte da metrópole maiores preocupações (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984). Além de a área ser pouco povoada, e as comunicações muito lentas (ANDRADE, 1986).

No império, a seca de 1877-1879 marca o início da política das águas e se cogita pela primeira vez, em adotar medidas definitivas para combater os efeitos das estiagens (CARNEIRO, 2000)³. Com Nilo Peçanha (1909-1910), já na república, é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, órgão de atividade permanente⁴. Assim, a política de combate às secas passou de emergencial para uma atividade ininterrupta (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984). Contudo, os recursos para executar os planos ficavam aquém das

³Para Aldo da C. Rebouças o início da açudagem no Nordeste semiárido iniciara um pouco antes já com as secas de 1825, 1827 e 1830 (REBOUÇAS, 1997).

⁴ Este órgão foi dirigido inicialmente pelo engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa que trouxe vários especialistas da *Leland Stanford Junior University*, Califórnia, e liderou uma grande equipe de técnicos que percorreram os sertões do Nordeste para estudar a flora e descobrir boqueirões e gargantas de serra onde a implantação de açudes e barragens represaria as águas caídas nos bons invernos (FILHO e SOUZA, 1984).

necessidades, na situação de estrutura de poder nacional com hegemonia política do Centro-Sul (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984).⁵

Na República Velha, com o nordestino Epitácio Pessoa, a IOCS contou com grandes recursos e passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984). No mesmo ano, a Lei n. 3.965 regulamentou a construção de obras para irrigação, mediante um caixa especial. O novo plano visava a construção mais ou menos simultânea de onze grandes açudes de alvenaria ciclópica e de vinte açudes de pequeno porte (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984)⁶. Na década de 1940, a IFOCS transforma-se no Departamento nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS por decreto em 1945 (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984).

Nos anos 1950, novas secas: em 1951, 1953 e 1958. Nesta, o Nordeste já possuía 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas. Mas, repetiram-se tragédias anteriores: fome, miséria, morte de rebanhos, emigração em massa, etc, o que suscitou o questionamento da política de combate as secas implantada pelo IFOCS, atual DNOCS (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984). Vale lembrar que desde a criação da IFOCS, até 1968, os açudes públicos eram construídos predominantemente dentro de fazenda dos coronéis⁷. A água acumulada atendia em primeiro lugar aos seus interesses e só posteriormente por um ato de “benevolência” ou favor, ficava ao alcance das populações camponesas necessitadas (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984; MARTINS, *et al*, 2003). Ao mesmo tempo, a política de açudagem, responsável pela construção de vários açudes espalhados pelo sertão nordestino, realiza, também, a construção de pequenos açudes em cooperação com governos estaduais, municipais e particulares (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984; MARTINS, *et al*, 2003).

A construção destas obras era marcada também por condições de trabalho bastante sofridas e penosas. É enfatizado o trabalho manual nas chamadas frentes de serviço onde

⁵ Mesmo assim, com a seca de 1915, foi iniciada a construção dos açudes: Anajás, Riacho do sangue, Patos, Parazinho, Velame, Caio Prado, Guaiuba, Baú, Várzea da volta, Mulungu, Arapuá, 25 de Março, Pessoa, Saco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra dos Cavalos, na região semi-árida do Nordeste.

⁶ Para execução do plano foi preciso importar máquinas e matéria prima, pois nessa época, o Brasil não fabricava ainda cimento. Foram firmados contratos com empresas inglesas e norte-americanas que trabalharam nos açudes Acarape, Quixeramobim, Poço dos Paus e Orós no Ceará; no Rio Grande do Norte, trabalharam nos açudes Gargalheiras e Parelhas; e na Paraíba, ficaram com a incumbência de construir os açudes São Gonçalo, Pilões e Piranhas (FILHO e SOUZA, 1984).

⁷ Coronel é a mais alta patente na hierarquia militar. Na cultura política nordestina é um personagem típico da complexa estrutura de poder da época, tendo como caracteres o mandonismo local e o controle privado dos serviços públicos no período da primeira república (LEAL, 1980). Como lembra João Medeiros Filho e Itamar de Souza o DNOCS foi uma instituição apropriada e controlada, no âmbito do pacto federativo brasileiro - pelas classes patrimonialistas, sobretudo, latifundiários cearenses que assim somavam o controle da água ao da terra (FILHO e SOUZA, 1984).

flagelados das secas eram alistados pelo Estado nos tempos de estiagens. Os trabalhadores braçais desse tempo eram chamados de “cassacos”. Segundo Lara de Castro, cassacos eram trabalhadores das frentes de serviço contratados nos períodos de estiagens pelo DNOCS. O Estado alistava-os e contratava-os para afazeres como recuperação de estradas vicinais, construção de barreiros, açudes, de modo a socorrê-los de forma paliativa. Na metade do século XX, esses trabalhadores já eram apelidados assim, com esse nome dado a um animal feio e fedorento no Nordeste, uma espécie de gambá (*Didelphis albiventris*) (CASTRO, 2011). As frentes de serviços eram uma forma de controle social em tempos de seca (CASTRO, 2011; MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984). Uma forma de controle da tensão entre afligidos pelas estiagens. Assim, o governo organizava essas frentes, aproveitando a mão de obra disponível.

Toda esta descrição, com elementos históricos relacionados à açudagem, não revela os pequenos açudes construídos em sítios e fazendas, sertão afora, irrigando vidas, trajetórias⁸ e imaginários. Neste contexto, identidades são acionadas nas relações que mediam valores, símbolos e sentidos da cultura dos lugares que se habita, na interação entre o eu e a sociedade, numa “celebração móvel” (HALL, 1998), formada e transformada continuamente pelas relações e representações nos sistemas culturais. São marcadores identitários produzidos historicamente: “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente” (HALL, 1998, pp. 14).

Assim, a relação das populações com os açudes, leva a pensar em identidades culturais em contextos sociais específicos que determinam a posição dos sujeitos e orientam suas representações e escolhas, sem uma suposta essência pela qual se estaria condenado a um não-devir. A identidade se constrói e reconstrói no interior das relações sociais num processo dinâmico (CUCHE, 2002) e é nesse processo que a categoria açude interpela (WOODWARD, 2000) populações sertanejas de forma múltipla, diversificada e que pode ser narrativamente construída, processo através do qual “(...) a unidade do sujeito (...) deriva mais das crenças sociais” (MENDES, 2002, pp. 520).

Nesse sentido, pode-se questionar o que significa sentir-se como sujeitos sociais em um modo de vida no qual a presença de açudes alimenta o corpo e a alma? Uma vez que, o

⁸ A propósito, ver Moraes (2003) quando aborda o tema narrativas de mulheres camponesas nos cerrados do sudoeste piauiense, e refere, na história de vida de uma narradora, em Uruçuí, no Piauí, a importância de um açude em seu trabalho de construção da memória, como o lugar onde iniciara o namoro com o seu, então, marido.

açude como uma representação simbólica está profundamente atrelado à sua inserção na vida material de sertanejo/as.

2.4 Sertão como espaço simbólico

E como conceber sertão? Não é incomum que falar em sertão remeta à divisão geoespacial com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, como sendo, esta, uma sub-região do Nordeste brasileiro caracterizada pela ausência de chuvas e a presença de graves problemas sociais. Contudo, não se pode resumir sertão a esta demarcação. Sertão é geograficamente mais amplo e, simbolicamente, mais complexo, seja como categoria axial na construção da nacionalidade brasileira por oposição a litoral (SOUZA, 1997; GUILLEN, 2002), seja como um elemento simbólico central que designa a região Nordeste.

De categoria usada, em Portugal, desde o século XII para nomear terras interioranas e as colônias, o termo migra para o do Brasil, desde o período colonial, com sentido semelhante que se vai transformando na arena sociocultural (MORAES, 2007). Permanece vivo na realidade nacional (GUILLEN, 2002) e regional. Como diz. Janaina Amado, a categoria sertão é crucial para nordestino/as como um referencial simbólico (AMADO *apud* GUILLEN, 2002).

Convém lembrar que até primeiras décadas do século XX, sertão não referia especificamente a Nordeste, mas todo “interior” do Brasil, incluindo o centro-sul e Amazônia, etc. Também não existia Nordeste, o qual somente nas primeiras décadas do século XX é inventado, através de um movimento sutil que se apropria da categoria sertão e o inclui ao movimento regionalista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Observa-se, aí, um movimento do imaginário nacional e regionalista na atribuição de símbolos e signos a um determinado espaço do território nacional. Secas e açudes são categorias axiais nesta construção, seja no discurso das elites econômicas e políticas, seja no dos intelectuais, das pessoas comuns e da cultura de massa.

Após as décadas de 1920 e 1930, o movimento regionalista se consolidou e a histórica relação litoral/sertão presente no pensamento social brasileiro (SOUZA, 1997) pode ser vista na nova oposição geográfica, econômica, política e simbólica nordeste/sudeste – ainda hoje, comumente referida como norte/sul – o que ocasionou profundas inflexões no processo de construção da identidade nacional e na percepção do povo brasileiro. A polaridade da

identidade nacional não se constituía mais em torno das categorias sertão e do litoral, como no início do século XX (GUILLEN, 2002).

De tudo isto, restringir a denominação sertão a um espaço geográfico parece não ser heurístico para o caso em questão, pois, sertão é, também, um espaço simbólico instituído na arena social, profundamente ligado a uma geografia imaginativa e à construção da memória nacional, seja na literatura, música, no cinema, no pensamento social e no cotidiano de parte significativa da população brasileira e nos agenciamentos entre mito e história, na tessitura ficcional de um imaginário que reflete - e incide na - vida social.

3. METODOLOGIA

O caminho metodológico deste trabalho destaca-se pela abordagem documental e bibliográfica de cunho qualitativo (GOLDENBERG, 2001). Uma hermenêutica que busca sentidos nos discursos expressos em materiais textuais. Trata-se, portanto, de uma análise textual (SOUZA, 1997) que se volta para responder questões sobre a relação sertão/açudes no nordeste.

Registros escritos que organizam significados. Um esforço de síntese e reflexão em torno de produções e de uma discussão na qual se processa a construção do que chamamos sertão pela relação sertão/seca/água/açudes.

No esforço por uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 15), buscamos como diria Geertz (1989), uma interpretação de interpretações. Nesse sentido, lembro Mills (2009) a considerar o trabalho de pesquisa como um ofício, caracterizado pelo caráter artesão e pelo estímulo a imaginação sociológica, ao invés de um conjunto rígido de procedimentos e o fetichismo do método e da técnica (MILLS, 2009).

Essa construção histórica e invenção simbólica são formuladas a partir de imagens de açudes em estreita relação com o imaginário de sertão. Desenhos projetados e imaginados desse forte elemento identitário da região nordestina.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Açude/Barragem como processo de des-reterritorialização no contexto das políticas de desenvolvimento recente no Nordeste.

Em tempos recentes açudes e barragens se inserem no contexto que podemos chamar de processos macro-estruturais propugnados pelo Estado em contextos de projetos desenvolvimentistas, associados ao ideário moderno. Inclusive, Modernidade é um termo axial para o entendimento do mundo contemporâneo. Entretanto, suas implicações e reflexos revelam bastantes contradições em seu ideário. É dentro desse contexto que estão envolvidos os processos de des-reterritorialização (HAESBAERT COSTA, 1995).

Para o entendimento de processos de des-reterritorialização é necessária uma reflexão teórico-conceitual sobre o tema. Para Rogério Haesbaert Costa, a desterritorialização seria uma das condições básicas da modernização, no sentido capitalista. Um processo de racionalização-instrumentalização que modifica o espaço e as próprias relações sociais (HAESBAERT COSTA, 1995). Este processo seria expressão da “modernidade”, correspondente ao sentido de “mundar” como abordado por Lima (2008), utilizando-se da expressão de GayatriSpivak. “Mundar” significaria processo, no qual, o local é inserido na lógica desenvolvimentista e do “progresso” (LIMA, 2008), ambos, expressões da modernidade.

Uma das ideias mais difundidas de sociedade moderna parte da dicotomia: sociedades tradicionais tidas como “atrasadas” marcadas pela repetição, frente ao “progresso das sociedades modernas” marcadas pela inovação constante. Assim o processo de modernização seria marcado pelo que Max Weber denomina de desencantamento do mundo, ou seja, “despojar de magia o mundo” (WEBER, 1972, p. 30) implicando o crescente processo de racionalização e instrumentalização de base técnico-científica (HAEASBAERT COSTA, 1995), ou seja, o processo de modernização separa e modifica as práticas tradicionais dos grupos inseridos nesse processo o que implica até mesmo na modificação de suas cosmologias e visões de mundo. A prática social estreitamente vinculada a um mundo sobrenatural desses grupos vai sendo paulatinamente instrumentalizada.

Esse processo de racionalização e instrumentalização pode ser identificado no mundo contemporâneo, nas chamadas grandes obras, ligadas a projetos desenvolvimentistas. Nesta direção, o discurso da modernidade enfatizaria o planejamento para a busca de soluções para os problemas no mundo contemporâneo.

Contudo, na prática a solução para os problemas nem sempre acontece, e muitas vezes eles se potencializam, pois, o projeto desenvolvimentista não abarca a todos gerando contradições e exclusões, dentre elas, deslocamentos de populações tradicionais, desestruturação de seus modos de vida, modificação dos espaços com implicação no manejo dos recursos naturais, desigualdade de acesso ao aparelhamento e suporte técnico, etc.

Nesta perspectiva, podemos associar desterritorialização e reterritorialização ao conceito de territorialização, como processo de apropriação e controle que se “inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial e simbólica” (HAESBAERT COSTA, 1995, p. 64). Territorialização envolve, simultaneamente, diferentes graus de correspondência e intensidade.

Uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT COSTA, 1995, p. 65).

Dentro desse processo de des-reterritorialização, muitas vezes agenciado pelo Estado, Açudes/Barragens⁹ representam também, de certa maneira, uma reminiscência da política de açudagem do DNOCS pela qual, até o final da década de 1950, os problemas da região Nordeste eram considerados - pelo governo federal - como restritos aos fenômenos das secas (MENDES, 2003). Tal política constituiu-se de intervenções casuísticas e não planejadas que se orientavam no sentido de fortalecer a economia e o poder local dos grandes proprietários de terras (MARTINS, *et al*, 2003), conforme trabalhado no tópico anterior¹⁰. Assim, embora podendo ser vista em termos desenvolvimentistas e na perspectiva de ações características da modernidade¹¹, esta é circunscrita a um projeto de modernidade incompleto onde a dominação racional/burocrática, é também, ao mesmo tempo, marcada pela dominação tradicional.¹²

⁹Hoje, a própria lógica dos termos açude e barragem podem ganhar sentidos diferentes, ou até mesmo complementares e semelhantes. Na primeira situação, é comum que no imaginário da região Nordeste, o primeiro (açude) represente uma estrutura menor, mais simples e construída, muitas vezes pelos próprios usuários e o segundo (barragem), represente uma grande obra estruturante, um empreendimento governamental, principalmente no contexto atual ligada a projetos desenvolvimentistas. Esta atribuição de sentidos dá-se, no interior de um processo histórico, desde a criação de inúmeros açudes por parte do Estado brasileiro, no âmbito das políticas de açudagem realizadas pelo DNOCS, como uma das chamadas medidas de combate às secas que atingiam a região do semi-árido nordestino, até as políticas mais atuais na região ligadas a projetos desenvolvimentistas. Do ponto de vista técnico, os termos açudes e barragens são entrelaçados e complementares. Açude é construção de terra, pedra, cimento etc, destinada a represar águas a fim de serem usadas na geração de energia, na agricultura, ou no abastecimento. Barragem ou represa é um lago que se forma por represamento. Em muitos casos os termos açudes e barragens se confundem no imaginário dos grupos envolvidos a estas políticas e são tratados também como termos equivalentes.

¹⁰ Atualmente as políticas governamentais e a própria lógica institucional do DNOCS têm buscado desde o início da década de 90 novas soluções no âmbito da articulação de ações e políticas de convivência com o semiárido, em contraposição a noção de “combate a seca”. Deve-se respeitar a natureza e as particularidades do semiárido. Para isso, é necessário que seja desconstruído o conceito negativo de semiárido e se construa um mais adequado, priorizando a convivência.

¹¹Esse ideário moderno diretamente ligado as políticas desenvolvimentistas tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas nas últimas décadas, principalmente quando se trata da problemática dos deslocamentos de populações envolvidas direta e indiretamente por grandes projetos, o que tem ocasionado uma série de implicações e

De fato, inúmeros açudes foram construídos na pauta da problemática da seca no Nordeste, e nos últimos anos grandes projetos ligados a política de distribuição de água, desenvolvimento regional, além da questão energética tem sido responsável pela construção de inúmeras barragens neste espaço. O Estado se apresenta, assim, como principal agente desse processo de territorialização. Entretanto, territorialização não pode ser pensado como uma via de mão única. Apesar de gerenciado externamente pelo estado, esse processo também reforça identidades étnicas individualizadas (OLIVEIRA, 1999), instituindo-se territorialidades.

Nesse sentido, territorialidades são definidas pelo conflito frente ao aparelho do Estado-nação¹³, pois apesar da ideia de nação como algo homogêneo, e da sua constituição política e territorial, permanecem os conflitos entre as fronteiras dos sistemas sociais e culturais diferentes. O Estado-nação ao se aproximar do grande capital procura homogeneizar comunidades tradicionais que em reação a ação do estado e buscando manter seus modos de viver, constroem “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2008).

Inclusive, é nesse contexto que Alfredo Wagner de Almeida afirma que territorialidades específicas são construídas frente ao conflito por grupos que se veem ameaçados frente ações externas. Nesse sentido, em inúmeros casos, a noção corrente ligada a “terra de comum” é acionada como um forte elemento de identidade, indissociável do território ocupado e de regras de apropriação bem específicas (ALMEIDA, 2008).

A noção de “terra de comum” está ligada ao sistema de uso comum da terra (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2002). Sistemas fundados historicamente no processo de desagregação e decadência das plantations algodoeiras e de cana-de-açúcar, situações onde os próprios proprietários entregaram, doaram ou abandonaram suas terras em face da crise. As formas de uso comum são contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo e são essenciais para construção de identidades específicas e a formação de resistências perante ações externas (ALMEIDA, 2008).

Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados (ALMEIDA, 2008, p. 145).

mudanças nos modos de vida desses grupos, inclusive com a chegada de diferentes atores nesses territórios. A propósito, as pesquisas em andamento dos autores deste trabalho tratam diretamente dessa questão.

¹²Sobre os tipos ideais de dominação ver Weber (1972).

¹³Eric Wolf faz uma espécie de “reconstrução” histórica desse processo de surgimento da nação e examina como a formação de uma nação reúne populações culturalmente diversas plasmando paulatinamente sua integração numa estrutura maior por meio da proliferação de padrões culturais mais homogêneos (WOLF, 2003).

E é dentro dessa lógica que nas últimas décadas no Brasil, inclusive no Nordeste, tem surgido uma série de denominações específicas atreladas ao sistema de uso comum: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de parentes”, “terras de ausente”, “terras de irmandade”, “terras de herança”, etc (ALMEIDA, 2008), como reforço de uma identidade específica e instrumento de luta frente a desestruturação de seus modos de vida em consequência de políticas desenvolvimentistas e das grandes obras ligadas a esse processo. Nesse sentido, podemos citar os casos recentes de populações locais atingidas por barragens em razão de colapsos e/ou construção desses empreendimentos.

Dessa forma, o mesmo processo de desterritorialização que provoca a desestruturação de modos de vida locais também tem ampliado o nível de organização política desses grupos com a participação e engajamento destes em redes, de defesa e valorização do território. Uma territorialidade que se processa agregando novos elementos no sentido de uma organização política e no sentido de articulação em rede nas mobilizações em busca de direitos.

Dessa forma, do mesmo modo que grupos dominantes, muitas vezes mediados pelo Estado, formulam estratégias de hierarquização, ou complementaridade, nada impede que classes subalternas ou excluídas também se organizem territorialmente em redes de solidariedade. Enquanto a lógica capitalista é regida por um agir instrumental baseado em regras técnicas de natureza técnico-científica, há outras lógicas cuja vigência de normas depende do entendimento intersubjetivo, uma racionalidade comunicativa mediada pela interação simbólica (HAESBAERTCOSTA, 1995). A busca de reestruturação por parte de grupos atingidos por grandes empreendimentos, na qual se aciona modos de viver específicos demonstram indícios dessa organização política com base em outra racionalidade.

A desterritorialização da mesma forma que promove deslocamentos distintos, também pode acabar reativando identidades de resistência e produzindo novos localismos (HAESBAERTCOSTA, 1995). Por isso, é importante romper com a distinção dicotômica entre territorialização e desterritorialização, pois mesmo nesta há margem para novos processos de reterritorialização (HAESBAERTCOSTA, 1995), no sentido, de novas territorialidades que são construídas. Inclusive, pesquisas recentes demonstram que as mesmas condições responsáveis pela desterritorialização de povos locais, também tem permitido a participação desses grupos em redes para defesa e valorização de seus territórios o que pode ser observado na criação de inúmeras associações organizadas por esses grupos no sentido da luta política. Nesse sentido, o mesmo processo de desterritorialização implica

também na reterritorialização dos grupos envolvidos, dessa vez organizada em novas bases na qual se insere um forte elemento relacionado a luta política.

O Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, inclusive, tem sido um movimento social bastante atuante no contexto nacional em busca de discursos alternativos a ideologia desenvolvimentista que tem alimentado esses processos, pois de fato Barragens possuem um lugar especial no âmago das ideologias desenvolvimentistas. Além da MAB, existem hoje no País uma diversidade de movimentos mais localizados e associações ligadas a diferentes comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas que tem tido papel de destaque na luta contra esses grandes empreendimentos.

Nessa direção, reterritorialização, marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais, insere-se no próprio movimento de desterritorialização. Como dito por Haesbaert Costa (2004), a total desterritorialização seria um mito incapaz de reconhecer o caráter de formação de novos territórios uma vez que, concomitante ao processo de desterritorialização, manifesta-se também o de reterritorialização mesmo que espacialmente descontínuo e complexo.

Portanto, as políticas de desenvolvimento recente no Nordeste têm seguido e caminhado no âmbito desses agenciamentos construídos e compartilhados em meio a conflitos e tensões de diferentes ordens. Territorialidades são construídas e acionadas, no plano material e simbólico na defesa e valorização de territórios ameaçados por esses projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites deste trabalho apontamos para o tema da açudagem no Nordeste como política pública que marca e constrói simbolicamente um imaginário de sertão. A problemática da seca aparece como elemento fundante e discurso central no âmbito dos agenciamentos políticos. Secas e açudes aparecem como categorias axiais na construção desse imaginário, seja no discurso político e das elites econômicas, seja na de intelectuais e de pessoas comuns. Uma invenção simbólica construída historicamente, e agenciada pelo Estado através das políticas públicas de açudagem, além de outras criações discursivas formuladas por intelectuais que criaram e construíram o território sertão no plano simbólico e conceitual. Assim, açudes, inserem-se na paisagem nordestina de tal forma que também podem ser vistos como um elemento identitário, presente na poética sertaneja, retratado na descrição da paisagem e na relação de nordestinos/as com o ambiente. É, portanto, um elemento da tessitura geo-simbólica de uma territorialidade que se desenha historicamente na relação

seca/água. No contexto de projetos desenvolvimentistas ligados ao ideário moderno, açudes e barragens implicam processos de des-reterritorialização (HAESBAERT COSTA, 1995) no Nordeste recente. Tal política de desenvolvimento tem implicado conflitos e tensões na região. Nessa direção, desterritorialização provoca deslocamentos distintos e desestruturação de modos de vida específicos, de povos locais, que compartilham de uma racionalidade de entendimento intersubjetivo. Concomitante a isso, o mesmo processo de desterritorialização também acaba reativando e produzindo novos localismos, ou seja, desterritorialização também implica novos processos de reterritorialização, pois territorialidades são acionadas por grupos tradicionais em meio ao conflito frente ações externas, muitas vezes agenciadas pelo Estado. Novos elementos são agregados na territorialidade dos povos envolvidos direta e indiretamente por esses grandes empreendimentos, principalmente no que se refere a luta política e organização em redes de solidariedade em meio a situação de conflito e a ameaça de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. O sertão. *In: _____*. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, pp. 113-167.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- ALMEIDA, A. W. B. Os processos de territorialização. *In: _____*. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PNCSA; Universidade Federal do Maranhão, 2008. p. 118-127.
- ALMEIDA, A. W. B. Uso comum nas regiões de colonização agrária. *In: _____*. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**, Manaus: PNCSA-UFMA, 2008, p. 142-158.
- ANDRADE, M. C. A intervenção do Estado e a Seca no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, 1986, pp. 125-130.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo. Atlas, 1986.
- ANDRADE, M.C. **A Problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *In: _____*. **Estudos avançados 29**. São Paulo: USP, 1997, pp. 7-36.

BEZERRA, M. A. A. *et al.* Gestão das águas de barragens do Nordeste a partir de uma perspectiva social e econômica. **ANAIS...** 47º Congresso da Associação Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, 13 p. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/612.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BURITI, C. de O; AGUIAR, J. O. As secas e a história no semiárido do Nordeste: Representações das paisagens naturais e culturais da região. In: APOLINÁRIO, J. R. (org.) **Paisagens híbridas: fontes e escrituras da História**. Campina Grande: EDUEPB, 2011, pp. 387-418.

CARNEIRO, J. O. **O DNOCS e os recursos hídricos do Nordeste semi-árido**. Revista n. 32 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. João Pessoa, 2000.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, L. **“Cassacos”**: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CUCHE, D. Cultura e identidade. In: _____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 175-202.

D’ALMEIDA, O. G. O povoamento do Piauí pelos criadores de gado: Domingos Afonso sertão. **Boletim Geográfico**, v. 20, n. 169, 1962, pp. 409-414.

DOMINGOS, N. M. A intervenção do Estado. In: _____. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1983, pp. 121-146.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I; **Os degradados filhos da seca**. 3ª Ed Petrópoles - RJ, Editora Vozes, 1984.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, pp. 13-41.

GOLDENBERG, M. **A arte de Pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUILLEN, I. C. M. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, J. A. **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 105-141.

HAESBAERT COSTA, R. **Gaúchos no Nordeste: modernidade, (des) territorialização e identidade.** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo. USP, 1995.

HAESBAERT COSTA, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LEAL, V. N. **Coronelismo e o coronelismo de cada um.** Dados, vol. 23, N° 1, 1980.

LEGROS, P; MONNEYRON, F; RENARD, J-B.; TACUSSEL, P. **Sociologia do imaginário.** Sulina: Porto Alegre, 2007.

LIMA, R. Mundar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará. **Avá**, Posadas, n. 13, jul. 2008, Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942008000200003. Acesso em: 18 setembro 2015.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil** – por uma antropologia da territorialidade. Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Metodológicos para a Antropologia”, na 32ª Reunião de Antropologia, Gramado, Rio Grande do Sul, 2002.

MARTINS, A. de S. *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** 3ª. ed., rev. - Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MENDES, F. **Economia e Desenvolvimento do Piauí.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. *In:_____*. **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002, pp. 503-540.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. *In:_____*. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 21-58.

MOLLE, F.. **Marcos histórico e Reflexões sobre a Açudagem e seu aproveitamento.** Recife: SUDENE, DPG/PRN/HME, 1994, 198 p. Disponível em:http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/divers2/010033410.pdf. Acesso em: 16 setembro 2015.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000.

MORAES, M. D. Trilhas e enredos no imaginário Social de sertão no Piauí. **CARTACEPRO**, v.24, n. 1, 2007, pp. 38-49.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados?” *In: _____*. **A Viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, Rio de Janeiro, Ed. Contracapa, 1999.

OLIVEIRA, M. V. P. **ALGODÕES I: UM DRAMA SOCIAL.** Povos e territórios do Açude/Barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal do Piauí. UFPI: Teresina, 2013.

PRADO JUNIOR, C. A pecuária e o progresso do povoamento no Nordeste. *In: _____*. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasil: Brasiliense, 1945, pp. 66-68.

REBOUÇAS, A.C. **Água na região Nordeste:** desperdício e escassez. Estudos Avançados/USP, 11 (29), 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100007&script=sci_arttext Acesso em: 12 março 2016.

RIBEIRO, D. Brasil sertanejo. *In: _____*. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 339-363.

SAMPAIO, J. L. F. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará.** Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

SOUZA, C. V. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. *In: _____*. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 180-201.

WEBER, M. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1972.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, T. T.* **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 7-72.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

OLIVEIRA, M. V. P. *et al.* Sertão/Açudes no Imaginário Social e as Políticas de Desenvolvimento Recente no Nordeste. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.1, art.6, p. 129-148, jan./fev. 2017.

Contribuição dos Autores	M. V. P. Oliveira	R. N. Araújo	L. C. Rodrigues	J. L. F. Sampaio
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X			
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X